



Moreira Matiz/Agência Senado



Plenário aprova medida provisória, apesar das emendas sobre temas diferentes, porque decisão do Supremo que proíbe a inclusão de "jabutis" ainda não foi publicada

Obras de segurança terão contratação diferenciada

Ações como construção de postos policiais, compra de equipamentos e administração de presídios ficarão mais ágeis

O Senado aprovou projeto que insere licitações de segurança no Regime Diferenciado de Contratações Públicas. Foi a primeira votação de medida provisória após

o Supremo Tribunal Federal proibir os "jabutis" — emendas com temas estranhos ao assunto principal. Como a decisão da Justiça ainda não foi publicada, o texto que

segue para sanção trata também de renegociação da dívida de produtores rurais, atuação dos cartórios de registro e prazo para extinção dos lixões, entre outras questões. **3**

Gerardo Magela/Agência Senado



Simone Tebet (3ª à esq.) preside audiência com representantes dos estados

Estados querem compensação garantida para perdas com ICMS

Secretários de Fazenda de estados manifestaram, na Comissão de Desenvolvimento Regional, dúvidas quanto aos fundos que deverão repor eventuais perdas com a unificação da

alíquota do ICMS em 4%. O governo propõe que os recursos venham da repatriação de dinheiro de brasileiros no exterior. Para os representantes estaduais, a medida é insuficiente. **7**

Governo unifica pesquisas sobre emprego e desemprego no país

Audiência pública debateu ontem no Senado a unificação, no próximo ano, das estatísticas de emprego na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua.

Os dados permitirão o acompanhamento permanente do mercado de trabalho nas cinco regiões do país, em todos os estados e capitais e em 20 regiões metropolitanas. **9**



Nova metodologia do IBGE é apresentada em audiência pública na CMA

Marcos Oliveira/Agência Senado

Governo ganha prazo para explicar contas

Um despacho do presidente do Senado, Renan Calheiros, deu 45 dias para que o governo envie explicações à Comissão Mista de Orçamento sobre a recomendação do Tribunal de Contas da União pela rejeição das contas federais do ano passado. Segundo Renan, o objetivo é garantir "o direito ao exercício do contraditório". **5**

Especialista pede que se dê cuidado à 1ª infância

Parceria em ciência e tecnologia pode ser incentivada

Plenário analisará regra para novos policiais do DF

Proposta classifica animais como "bens móveis"

Avança projeto que reforça combate à pedofilia

Senadores cobram retomada de obra em BR no Norte

PEC prevê que índio receba por recursos hídricos

Chega à Casa MP que busca evitar desemprego

Marcos Oliveira/Agência Senado

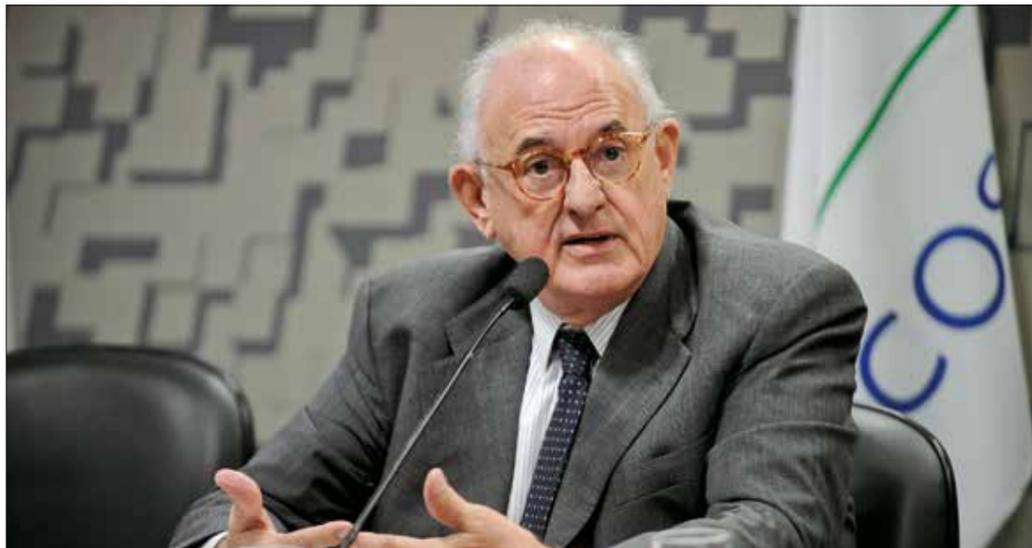


Federações buscam atenção especial para clubes pequenos

Presidentes de sete federações estaduais pediram na CPI do Futebol exigências menos rígidas para os menores clubes. Eles criticaram a Lei Pelé, que, segundo disseram, tirou

direitos na negociação de jogadores e retorno financeiro para formar atletas. Houve quem defendesse os campeonatos estaduais para manter a atividade dos times pequenos. **11**

Entre presidentes de federações, os senadores Romário e Perrella conversam na CPI do Futebol



Jefferson Rudy/Agência Senado

Nelson Jobim, que foi indicado para chefiar missão da Unasul na eleição venezuelana, mas foi rejeitado por Nicolás Maduro

Senado critica Venezuela por vetar observador brasileiro

Governo de Nicolás Maduro não aceitou indicação de Nelson Jobim para acompanhar eleição venezuelana de dezembro. Renan Calheiros apoiou decisão do TSE de deixar a missão de observação da Unasul

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, repudiou, em nome da Casa, a decisão da Venezuela de vetar a indicação do ex-ministro da Defesa e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim para acompanhar e observar as eleições parlamentares venezuelanas, em dezembro.

Por causa dessa atitude do governo vizinho, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desistiu de participar da missão de observação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Mais de 30 senadores assinaram ontem uma moção de repúdio ao governo da Venezuela, pelo Plenário do Senado.

Afirmou Renan:

— Em nome dos senadores, apresento os cumprimentos e a solidariedade ao ex-ministro Nelson Jobim. Também repudio, do ponto de vista do Senado, os obstáculos que a Venezuela coloca à participação de um dos grandes brasileiros no acompanhamento das eleições. Ainda cumprimento o presidente do TSE, ministro Dias Toffoli, pela iniciativa, com a qual o

Senado concorda totalmente. Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que a atitude do governo de Nicolás Maduro foi mais uma afronta ao governo e ao povo brasileiro. Ele cobrou do governo federal um protesto oficial:

— Atitudes como essa, de desrespeito ao governo brasileiro, são uma consequência dos constantes desrespeitos

do governo da Venezuela à democracia e uma verdadeira sequência de desrespeitos do governo venezuelano aos tratados e acordos do Mercosul.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), afirmou que o veto a Jobim representa mais um passo da escalada autoritária promovida pelo governo venezuelano.

Para Ana Amélia, Nicolás Maduro põe eleições de dezembro sob suspeita

Ana Amélia (PP-RS) criticou o governo venezuelano por ter vetado a indicação de Nelson Jobim. Para a senadora, o país vizinho coloca em suspeita seu processo eleitoral e desrespeita regras internacionais que amparam esse tipo de acompanhamento.

— O que a Venezuela fez com uma regra das Nações Unidas? Simplesmente a rasgou — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Votação pode não ocorrer em “ambiente democrático e limpo”, afirma Ferraço

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) protestou contra a recusa da Venezuela a receber Nelson Jobim como chefe da missão da Unasul que acompanhará as eleições no país.

O senador, que propôs uma moção de repúdio, disse não ter certeza se as eleições serão realizadas “em ambiente democrático e limpo”:

— Os precedentes são duvidosos, já que líderes da oposição não poderão concorrer.



Ano Volpe/Agência Senado

Fátima pede a Dilma que sancione projeto que beneficia artesãos

Fátima Bezerra (PT-RN) pediu à presidente Dilma Rousseff que sancione o texto que regulamenta a profissão dos artesãos. O prazo para sanção se encerra hoje.

Fátima disse que participou no início da semana da abertura do Congresso Nacional dos Trabalhadores Artesãos do Brasil, em Natal, e explicou que a pauta do encontro foi a expectativa da categoria de ter sua profissão regulamentada.

— São muitos anos de luta. Temos de dar à categoria o respeito que ela merece.

Lídice cita importância dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas

Lídice da Mata (PSB-BA) informou que amanhã mais de 2 mil atletas de 30 países participarão da primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, em Palmas.

Segundo ela, além de ser um encontro de grande importância para os indígenas, os jogos são uma preparação para as Olimpíadas e as Paralimpíadas, no Rio, em 2016.

Ela registrou que Cachoeira (BA) recebeu, entre os dias 14 e 18, a Festa Literária Internacional de Cachoeira, que atraiu 35 mil visitantes.

Telmário exalta legado de Natalina Messias em defesa dos índios de RR

O falecimento da professora Natalina da Silva Messias, que destacou-se no movimento em defesa dos povos indígenas de Roraima, foi lamentado por Telmário Mota (PDT-RR). Para o senador, ela deixou um legado de respeito, perseverança e conquistas, especialmente no plano educacional.

— Ela dizia que, sem terra, não temos vida, não temos educação, não temos saúde. Sem terra, não existimos.

Telmário ainda cumprimentou o jornal *Folha de Boa Vista*, que completou 32 anos ontem.

Comissão aprova apresentação de destaques por bancadas partidárias

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que altera o Regimento Interno do Senado para possibilitar a apresentação de requerimentos de destaque por bancada de partido. Eles serão admitidos para análise sem passar por prévia aprovação em Plenário. O PRS 12/2015 também determina que o número de pedidos varie de acordo com o tamanho de cada bancada.

O destaque é o instrumento do processo legislativo que

equivale ao último recurso para se alterar um projeto em Plenário, depois de já ter sido aprovado o texto básico. É possível solicitar destaques de partes da proposta para solicitar que sejam excluídas. Ou propor a inclusão de emendas.

No caso dos destaques de bancada, como previsto no projeto de autoria do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), a análise do mérito da alteração pretendida no texto básico será automática.

Pinheiro quer votação de projeto que impacte na vida do cidadão

Walter Pinheiro (PT-BA) manifestou preocupação com diversos temas da agenda política, entre eles a estruturação tributária e fiscal, o desemprego e a crise econômica.

Diante de tantos temas, ele ressaltou que o fundamental é que os parlamentares caminhem conscientes de que a preocupação com a nação tem que superar o interesse eleitoral. Mais importante que a quantidade de votos, segundo ele, é o Senado definir uma agenda que impacte na vida das pessoas.

Benedito vê aeroporto de Maceió em estado de “degradação”

Benedito de Lira (PP-AL) lamentou a “degradação” do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, em Maceió. Segundo o senador, as passarelas que levam os passageiros aos aviões estão desativadas e as escadas rolantes estão desligadas.

Para ele, não se justifica esse tipo de prestação de serviço, que acaba provocando uma retração no fluxo turístico. Ele lamentou que isso ocorra na chegada da alta estação.



Jefferson Rudy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CRA Defesa agropecuária

8h Audiência pública interativa sobre o papel do setor privado na defesa agropecuária.

CDH Violência contra a mulher

9h Audiência pública interativa para debater o Sistema Nacional de Informações quanto à avaliação de políticas públicas de combate à violência contra a mulher.

INSTITUCIONAL Primeira infância

9h Início das oficinas temáticas da 8ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz.

ASSASSINATO DE JOVENS Reunião

9h30 CPI analisa requerimentos.

CCT Saúde e tecnologia

9h30 Audiência pública interativa sobre o desenvolvimento de tecnologia na área da saúde.

CCJ Iniciativa legislativa

10h Audiência pública interativa sobre proposta que divide com estados e municípios o poder da União de criar leis.

CRE Sabatina

10h Sabatina para os cargos de embaixador do Brasil na Indonésia; no Sri Lanka e nas Maldivas; e no Benin e no Níger.

CDR Jogos Olímpicos

11h Análise da dispensa unilateral de visto de turista nos Jogos Olímpicos.

PLENÁRIO Pauta trancada

11h30 Sessão extraordinária; às 14h, sessão ordinária. MP sobre Programa de Proteção ao Emprego tranca a pauta.

PRESIDÊNCIA Sessão deliberativa

11h30 Renan preside a ordem do dia.

CE Recursos para educação básica

14h Audiência pública sobre o financiamento da educação básica no Brasil.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • Alô Senado: 0800 612211

Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Como a decisão do STF que proíbe a inclusão de emendas sobre temas não relacionados ao assunto de MP ainda não foi publicada, proposta foi aprovada com “jabutis”

Aprovado regime diferenciado para segurança

O SENADO APROVOU ontem a medida provisória que autoriza o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) em licitações e contratos realizados na área de segurança pública (MP 678/2015). Apesar de a votação ter ocorrido após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que proibiu a inclusão de emendas com temas não relacionados ao objeto principal da MP, os chamados jabutis, o texto que será encaminhado à sanção presidencial é o projeto de lei de conversão (PLV) 17/2015, que trata também de renegociação da dívida de produtores rurais, atuação dos cartórios de registro, prazo para extinção dos lixões, entre outros temas.

O parecer do relator da MP, Telmário Mota (PDT-RR), era pela rejeição do PLV, aprovado no dia 13 na Câmara, em virtude da decisão do Supremo, tomada na última quinta-feira. Ronaldo Caiado (DEM-GO), porém, observou que a decisão

do STF sequer foi publicada, e recorreu à Mesa para encaminhar voto contrário ao parecer de Telmário.

Líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), defendeu a aprovação do relatório de Telmário, pelo texto somente com o assunto original da MP, mas assumiu o compromisso de procurar o Conselho Monetário Nacional (CMN) para fazer cumprir as leis que tratam da dívida dos produtores rurais e da dívida ativa da União. O PLV da Câmara acatou emenda que autoriza todos os produtores rurais com dívidas do programa Proálcool a entrarem em renegociação. O texto estipula prazo de pagamento de até 15 anos, com até três de carência; taxa efetiva de juros de 3% ao ano; e bônus de adimplência de 15% sobre o valor das parcelas pagas até a data de vencimento. Na consolidação do débito, será aplicado desconto de 50% nos saldos atualizados.



Caiado (E) apresentou voto contrário ao parecer de Telmário (D), alegando que a decisão do Supremo não está em vigor

— A votação do projeto foi acompanhada em Plenário por produtores rurais que buscam uma solução para a dívida há 32 anos — observou Caiado.

O PLV ainda passou para 2018 a data para os municípios acabarem com os lixões e criarem aterros sanitários. O prazo acabou em agosto deste ano.

A MP 678/2015 inclui ações

de segurança pública, defesa civil e inteligência, entre outras, no RDC. Com isso, medidas como a compra de equipamentos e a construção de postos policiais, delegacias, unidades de polícia pacificadora (UPPs) e centros integrados de comando e controle (CICCs) ficam mais ágeis. O objetivo imediato é facilitar a montagem das ope-

rações de segurança para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a adoção “rotineira” do RDC há 12 anos e disse que a prática favorece a abertura das “portas da corrupção”.

Emendas

Entre as emendas incorporadas à MP e não consideradas “jabutis”, está a permissão para também licitar pelo RDC a administração de presídios e unidades de tratamento socioeducativo para jovens infratores. Foram feitas ainda alterações na Lei de Execução Penal para permitir que os presídios terceirizem setores como telecomunicações, reprografia, lavanderia, manutenção e serviços relacionados à execução de trabalho pelos presos.

Outras inclusões foram a locação de bens móveis e imóveis para a administração pública e a realização de obras e serviços de engenharia relacionados à mobilidade urbana, à ampliação de infraestrutura logística e aos sistemas públicos de ensino, pesquisa, ciência e tecnologia.

(Com informações da Agência Câmara)

Renan diz que Senado não analisará “jabutis” em MPs

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou, que, enquanto a Câmara dos Deputados não votar a proposta que estabelece regras definitivas sobre a tramitação e a edição de medidas provisórias (PEC 11/2011), o Senado não irá apreciar emendas que não tenham a ver com o objeto central das MPs.

A votação da PEC do ex-senador José Sarney pela Câmara também foi cobrada por Aécio Neves (PSDB-MG).

Renan ressaltou que não é possível conviver mais com a prática de apreciar vários “jabutis” a cada votação de MP.

Ricardo Ferraço (PMDB-

ES) elogiou a decisão do presidente da Casa. Ele acredita que as medidas provisórias foram “desmoralizadas” não só pelo excesso de “jabutis” como também pela desatenção aos requisitos de urgência e relevância. Ferraço argumentou que Renan não precisa esperar por uma decisão da Câmara sobre a PEC 11, e pode, desde já, passar a rejeitar as MPs que venham com dispositivos sem relação com seu propósito.

— Não podemos obrigar os deputados a deliberarem sobre essa matéria, mas o presidente do Congresso deve exercer a prerrogativa de fazer uma análise monocrática

e devolver aqueles temas que não tenham conexão com o escopo original das MPs. Não deve sequer submeter ao Plenário — defendeu.

Walter Pinheiro (PT-BA) lembrou episódios nos quais presidentes da Câmara não acataram nenhuma emenda à MPs, mas ressaltou que, independente da decisão do STF ou da PEC 11, os parlamentares ainda terão que aprovar alterações no Regimento do Congresso para eliminar possíveis julgamentos.

— Encontra-se na Mesa do Congresso uma proposta apresentada por mim que trata dessa questão.

Lúcia Vânia defende renegociação para produtor do Proálcool

Antes da votação da MP 678 em Plenário, Lúcia Vânia (PSB-GO) defendeu a aprovação da medida na forma do PLV que veio da Câmara, permitindo que produtores rurais possam tomar novos empréstimos ainda que estejam endividados.

A senadora saudou produtores goianos que aguardavam em Plenário pela votação.

Durante o debate da medida, José Pimentel comprometeu-se a apresentar projeto de lei sobre o tema, caso o PLV fosse rejeitado e a renegociação da dívida dos produtores do programa Proálcool não fosse solucionada em 60 dias, prazo proposto por Lúcia Vânia.

Medida sobre proteção de emprego tranca pauta

Foi lida em Plenário ontem e passa a trancar a pauta de votações do Senado a Medida Provisória 680/2015, que instituiu o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). A matéria foi votada pela Câmara dos Deputados na semana passada e tem validade até 3 de novembro.

A MP permite às empresas em dificuldade financeira diminuir a remuneração e a jornada de trabalho dos empregados em até 30%, mediante o compromisso de não demiti-los sem justa causa. Nesses casos, o governo paga até metade da parcela do salário que o trabalhador deixar de receber, limitada

a 65% do teto do seguro-desemprego, o que corresponde a R\$ 900,85, em valores atuais. Para isso, utiliza os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A Câmara aprovou o parecer do deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) que havia sido acolhido pela comissão mista formada para analisar a proposta, ampliando de 12 para 24 meses o prazo em que as empresas habilitadas podem participar do programa. O relatório estendeu também o prazo final de adesão ao PPE, de 31 de dezembro de 2015 para 31 de dezembro de 2016. O programa, lançado para amenizar os efeitos da

recessão econômica sobre o emprego, tem caráter temporário. Sua extinção está marcada para 31 de dezembro de 2017.

Durante a discussão da MP 680/2015 na Câmara, houve grande polêmica sobre a inclusão de uma regra que permitiria que a convenção ou o acordo coletivo de trabalho prevalecesse sobre a lei, desde que não contrariassem direitos previstos na Constituição e nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificadas pelo Brasil nem as normas de higiene, saúde e segurança do trabalho.

A bancada do governo e parte da oposição fizeram

acordo para adiar a discussão do assunto, acatando pedido das centrais sindicais, e o tema ficou de fora do texto aprovado.

O governo estima que gastará R\$ 97,6 milhões de recursos do FAT com o programa. O Executivo argumenta que ele não só possibilitará preservar empregos como também reduzirá os custos das empresas. A maior economia virá da eliminação de custos que as empresas teriam com indenizações trabalhistas e, futuramente, com a contratação e o treinamento dos profissionais que precisarão ser incorporados aos seus quadros quando o país voltar a crescer.

Senado repudia embargo contra Cuba

O Plenário aprovou ontem moção de repúdio ao embargo comercial dos Estados Unidos contra Cuba. A moção foi requerida por Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Desde 1962, os EUA proíbem empresas de manterem negócios com Cuba. A iniciativa, tomada durante a Guerra Fria, foi uma tentativa de enfraquecer o regime socialista cubano. Nos anos 2000, as restrições foram aliviadas e, em 2014, as duas nações retomaram as relações diplomáticas, mas os EUA ainda não encerraram formalmente o embargo.

Avança texto que protege verbas da segurança

Segundo proposta que foi aprovada pela Comissão da Agenda Brasil e agora vai para o Plenário, o governo não poderá mais bloquear os recursos do Fundo Penitenciário Nacional

AGENDA BRASIL

A SEGURANÇA PÚBLICA esteve no foco das decisões de ontem da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, que aprovou dois projetos que garantem mais recursos para os fundos penitenciários dos estados. As propostas fazem parte da Agenda Brasil — pauta apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico do país.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 25/2014 — Complementar estabelece que os créditos orçamentários programados para o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) não serão contingenciados, independente da situação fiscal do governo.

O texto, de Ana Amélia (PPRS), também proíbe que haja imposição de quaisquer limites à execução da programação financeira relativa às fontes vinculadas no Funpen, exceto quando houver problemas na arrecadação das receitas.

O projeto de Ana Amélia segue a linha do Supremo Tribunal Federal (STF), que no mês passado obrigou o Poder Executivo a liberar os recursos do Funpen que estavam contingenciados. Ao mesmo tempo que tornou obrigatória a realização de uma audiência de custódia em 24 horas após qualquer prisão, o STF proibiu o governo de novamente contingenciar o Fundo Penitenciário. A proposta da senadora



Otto Alencar, presidente da comissão, e Blairo Maggi, relator do projeto sobre o repasse fundo a fundo, conduzem discussões sobre verbas da segurança pública

chegou a ser citada durante o julgamento do Supremo.

Como ocorrera na última reunião da comissão, a proposta provocou debate entre os senadores. Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), o projeto busca “proteger recursos”. A senadora alegou que, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), somente a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) poderia dar esse tipo de proteção. Assim, a senadora se posicionou contra o projeto.

Para Antonio Anastasia (PSDB-MG), porém, uma lei complementar pode alterar outra lei de mesma hierarquia. Waldemir Moka (PMDB-MS) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) também apoiaram o projeto.

Apesar da controvérsia, o projeto foi aprovado e agora vai para votação no Plenário.

Repasses

A comissão também aprovou o PLS 72/2014, de Ferraço, que instaura o sistema de repasse fundo a fundo, pelo qual 60% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) serão repas-

sados pela União automaticamente a fundos municipais e estaduais de segurança pública, desde que contem com conselho gestor, plano local de segurança pública e previsão orçamentária de recursos para o setor.

— Trata-se de um aprimoramento da segurança pública — afirmou Blairo Maggi (PR-MT), relator da proposta, que agora vai para a Câmara.

Gleisi sugeriu um debate na comissão para avaliar a legislação que trata das licitações (Lei 8.666/1993).

A senadora lembrou que o PLS 559/2013, que moderniza a lei sobre o assunto, está entre as propostas da Agenda Brasil.

Anastasia disse que, se houver um avanço na legislação das licitações, “só por isso, a comissão terá valido a pena”. Blairo apoiou a iniciativa e disse que vai indicar Anastasia como relator do PLS 559/2013.

O presidente da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, Otto Alencar (PSDBA), apontou que uma lei

mais moderna é importante e urgente:

— Este é o momento de resolver essas questões. A atual legislação viabiliza acordos e torna a licitação muito demorada.

Biodiesel

A comissão começou a discutir o PLS 613/2015, que trata do aumento da adição de biodiesel ao óleo diesel. Segundo o autor, Donizeti Nogueira (PT-TO), a legislação atual obriga a adição de 7% de biodiesel. O projeto estabelece que a mistura chegue progressivamente a 10% do óleo de origem vegetal.

O texto original prevê que, nas cidades com mais de 500 mil habitantes, seja obrigatória a adição de 20% de biodiesel ao combustível usado no transporte público. Porém, o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), acatou uma emenda de José Medeiros (PPS-MT) e colocou a obrigação para cidades com mais de 200 mil habitantes.

— Muitos são os fatores que colaboram para o aumento do percentual do biodiesel previsto no projeto, mas dois

deles merecem destaque: o econômico e o ambiental — disse Raupp.

O senador informou que o óleo produzido a partir da soja chega a poluir 70% menos em relação ao diesel fóssil. Ele também disse que a proposta é importante do ponto de vista econômico, já que a produção de biodiesel pode aumentar a renda dos produtores. Depois da leitura do relatório, foi concedida vista coletiva para o projeto — que deve voltar à pauta na próxima semana.

Foram retirados da pauta o projeto que trata da regulamentação da contratação de parcerias público-privadas para a construção e a administração de presídios (PLS 513/2011) e o que estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública (PLS 397/2015).

O projeto que amplia o alcance da regularização fundiária na Amazônia (PLS 509/2015) e o que facilita questões burocráticas do microempreendedor individual (PLS 253/2015) também saíram da pauta e devem retornar na próxima reunião.

Regras para combate à pedofilia na internet vão a Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisou ontem emendas apresentadas por deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 100/2010, que regulamenta a infiltração de agentes policiais na internet em operação para flagrar pedófilos que aliciam crianças e adolescentes pelas redes sociais. Agora, o texto segue para votação em Plenário.

De autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre Pedofilia, que atuou até 2010, o projeto determina que a infiltração de policiais em redes sociais e salas de bate-papo dependerá de autorização judicial fundamentada, estabelecendo os limites desse meio de obtenção de prova.

O projeto já havia sido aprovado pelo Senado em maio de

2011 e foi enviado à Câmara dos Deputados. Naquela Casa, foi aprovado com quatro emendas e retornou para nova análise dos senadores.

O relatório do senador Humberto Costa (PT-PE), aprovado pela comissão, acata emenda para substituir, nos artigos tratados pelo projeto, a expressão “liberdade sexual” por “dignidade sexual”, considerada mais ampla, mas rejeita outras três modificações sugeridas pelos deputados.

Investigação

Segundo o projeto, a infiltração será feita a pedido do Ministério Público ou de representação do delegado de polícia e deverá ser feita em até 720 dias. A infiltração somente poderá ocorrer se a

prova não puder ser obtida por outros meios legais.

Entre os crimes contra a dignidade sexual de criança ou adolescente, estão os de produzir cenas de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente; exhibir, oferecer, vender ou comprar essas cenas; simular a participação de crianças nesses tipos de cenas por meio de adulteração ou montagem; ou assediar criança com o fim de praticar ato libidinoso com ela.

O requerimento do Ministério Público deverá demonstrar a necessidade, o alcance das tarefas dos policiais e os nomes ou apelidos das pessoas investigadas. Se possível, também deverá informar os registros de conexão — hora, data, duração, endereço do

protocolo de internet.

Segundo o projeto, a autoridade judicial e o Ministério Público poderão requisitar relatórios parciais da operação de infiltração antes da conclusão, que serão encaminhados diretamente ao juiz responsável pela autorização da medida, ao qual caberá zelar pelo seu sigilo.

Em qualquer investigação, as informações coletadas somente poderão ser utilizadas como prova dos crimes contra a dignidade sexual de criança ou adolescente.

Responsabilidade

O agente poderá ocultar sua identidade para colher indícios de autoria e materialidade dos crimes investigados. Se o policial infiltrado não observar

a estrita finalidade da investigação, ele responderá pelos excessos praticados.

O projeto permite a inclusão de dados nos órgãos de registro e cadastro público para efetivar a identidade fictícia criada para o agente infiltrado. Esse procedimento será sigiloso e a requerimento da autoridade judicial.

Ao fim da investigação, todos os atos eletrônicos praticados durante a operação deverão ser registrados, gravados, armazenados e encaminhados ao juiz e ao Ministério Público, juntamente com um relatório.

Para preservar a identidade do agente policial infiltrado e a intimidade das crianças e adolescentes envolvidos, esses registros serão reunidos em autos separados do principal.

Governo terá 45 dias para explicar contas de 2014

Caso Executivo decida responder, documento com argumentos irá para a Comissão Mista de Orçamento, que avalia recomendação do TCU pela rejeição do balanço federal

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, assinou ontem um despacho no qual dá 45 dias para que o governo apresente seus argumentos em relação ao parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) recomendando a rejeição das contas de 2014 da presidente Dilma Rousseff.

O documento diz que o Congresso fará não apenas um julgamento técnico e que o parecer do TCU é um elemento de “formação da convicção dos parlamentares”:

“A fim de garantir o devido processo legal e o direito ao exercício do contraditório [previsto na Constituição], bem como para evitar eventuais alegações futuras de nulidade, entendo devido conceder à parte interessada, nos mesmos moldes que se fez no âmbito do Tribunal de Contas da União, o prazo de 30 dias, prorrogável por 15 dias, para que, se desejar, possa exercer o contraditório”.

Os argumentos do Executivo serão enviados à Comissão Mista de Orçamento (CMO), que terá 77 dias para dar o parecer, que depois será votado em sessão do Congresso Nacional. O relator será designado pela presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES).

A recomendação de rejeição das contas foi aprovada pela unanimidade dos ministros no dia 8 e concluiu que o governo cometeu irregularidades na gestão das contas em 2014, melhorando artificialmente o resultado do Orçamento.

O relator no TCU, ministro Augusto Nardes, apontou as pedaladas fiscais e criticou o governo por falta de transparência e por criar “um cenário de desgovernança fiscal”.

Leia o despacho na íntegra: <http://bit.ly/DespachoContas>



O presidente do Senado, Renan Calheiros, que ontem assinou despacho que prevê prazo de defesa para o governo

País não pode esperar até o ano que vem, critica Rose

O Brasil não tem tempo de esperar para o ano que vem o julgamento das contas presidenciais, disse ontem a presidente da Comissão Mista de Orçamento, Rose de Freitas.

A senadora questionou o despacho do presidente do Senado, Renan Calheiros, que concedeu ao Executivo prazo de 30 dias, prorrogáveis por mais 15, para que faça sua defesa, se desejar, em relação às irregularidades apontadas em relatório do

Tribunal de Contas da União sobre as contas do governo Dilma Rousseff no exercício de 2014.

Rose argumentou no Plenário que Renan não precisava conceder de forma voluntária ao governo esse prazo, uma vez que a própria CMO já garante ao Poder Executivo o tempo para a apresentação do contraditório antes mesmo de a matéria ser encaminhada à comissão.

A senadora também quis saber de Renan se o governo

já havia se manifestado sobre a recomendação do TCU sobre as contas, que ainda não haviam sido encaminhadas à comissão.

Em resposta à presidente da CMO, Renan explicou que o governo ainda não se manifestou, mas que deverá fazê-lo a partir da abertura dos prazos do contraditório. O presidente do Senado também fez a leitura do despacho para esclarecimento de Rose de Freitas. Ele disse:

— O prazo só ocorrerá se

o governo o desejar. Se não desejar, o prazo não existirá. Do ponto de vista da jurisprudência, o STF [Supremo Tribunal Federal] já anulou julgamento de contas de estados e municípios por falta do contraditório. Se o governo não desejar, a matéria irá imediatamente para a CMO, mas apenas se o governo o desejar, para que amanhã não sejamos responsáveis pela nulidade de processo importante em um momento difícil da vida nacional.

Emendas individuais ao Orçamento chegam a R\$ 9,1 bilhões

Os 513 deputados e os 81 senadores apresentaram 6.378 emendas individuais ao Orçamento de 2016, somando R\$ 9,1 bilhões. São recursos que eles direcionam a obras e serviços nas bases eleitorais. A execução das emendas é obrigatória, sujeita à disponibilidade de recursos no Tesouro Nacional.

A saúde foi contemplada com o maior volume de recursos (R\$ 4,8 bilhões), seguida do desenvolvimento urbano (R\$ 1,4 bilhão) e da educação e cultura (R\$ 558,6 milhões).

As regras do Orçamento impositivo das emendas individuais determinam que os deputados e senadores devem reservar ao menos metade dos recursos a que têm direito para despesas com ações e serviços públicos de saúde. Este ano, cada parlamentar pôde destinar R\$ 15,3 milhões.

Também houve 629 emendas coletivas, apresentadas pelas bancadas estaduais e pelas comissões da Câmara, do Senado e do Congresso. Nesse caso, o montante chega a R\$ 77,9 bilhões.

As emendas coletivas não são de execução impositiva. No entanto, o relator-geral da proposta orçamentária, deputado Ricardo Barros (PP-PR), e o relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE), fecharam acordo com o governo para que uma emenda de cada bancada estadual seja paga no próximo ano.

As emendas serão analisadas pelos 16 relatores setoriais que auxiliam o relator-geral na análise do Orçamento.

O próximo passo na tramitação da proposta orçamentária é apresentação do relatório da receita, a cargo do senador Acir

Gurgacz (PDT-RO). O parecer deverá trazer números sobre a receita esperada para 2016.

(Da Agência Câmara)



A senadora Rose de Freitas é a presidente da Comissão Mista de Orçamento

Líder do PT lamenta corte de verbas do Bolsa Família

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), protestou contra a proposta do relator do projeto do Orçamento Geral da União para 2016, deputado Ricardo Barros (PP-PR), de cortar R\$ 10 bilhões do Bolsa Família. O corte corresponde a 35% dos R\$ 28,8 bilhões que o governo pretende aplicar no programa ano que vem.

Para Humberto Costa, a proposta é absurda e descabida, justamente quando o programa completa 12 anos de existência e se torna o maior programa de transferência de renda do mundo

Ação reduziu mortalidade infantil, afirma Donizeti

O senador Donizeti Nogueira (PT-TO) comemorou ontem os 12 anos de criação do Bolsa Família. Segundo o senador, o programa é um instrumento para uma “revolução mansa e pacífica”, que significa a ruptura de uma dependência histórica, além de possibilitar o “empoderamento de muitas mulheres”.

Segundo Donizeti, com o Bolsa Família, houve redução de 19% na mortalidade infantil e diminuição no número de filhos por família. Ele ainda informou que 75% dos beneficiados estão no mercado de trabalho.

Programa garante criança na escola, elogia Fátima

A maior riqueza do Bolsa Família é exigir que as famílias mandem as crianças para a escola, afirmou a senadora Fátima Bezerra (PT-RN). Segundo ela, em 10 anos, o tempo de permanência na escola entre os mais pobres com até 21 anos aumentou em 36%. Fátima Bezerra informou que os custos com o Bolsa Família representam 0,5% do PIB.

Além de incentivar a educação, a senadora também esclareceu que o programa é uma porta de acesso desses cidadãos a outros serviços essenciais, como saúde e moradia.

Mulher gere melhor o dinheiro familiar, diz Bauer

Paulo Bauer (PSDB-SC) comemorou o primeiro ano da lei que prioriza o pagamento de benefícios sociais às mulheres responsáveis pelas famílias.

— O dinheiro de benefícios relativos ao nascimento, à morte e a situações de vulnerabilidade, calamidade pública, erradicação do trabalho infantil e enfrentamento da pobreza deve ser gerido prioritariamente pelas mulheres.

Ele disse que elas são mais preparadas para gerenciar o dinheiro. Segundo ele, o percentual de mulheres à frente de famílias cresceu de 28% para 38%.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Moneira Maniz/Agência Senado



Moneira Maniz/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado



José Medeiros (C) coordena debate com Maria Regina Maluf, Françoise Molénat, Gilles Cambonie e Luiz Antonio Correa

Especialistas: vida até 6 anos deixa marcas permanentes

Em audiência na 8ª Semana de Valorização da Primeira Infância, debatedores do Brasil e da França discutiram como as condições de alimentação e de saúde impactam o desenvolvimento das crianças

ALIMENTAÇÃO EM QUALIDADE e quantidade insuficientes até os 6 anos de idade, amamentação por período inferior a 1 ano e o uso de drogas durante a gravidez são fatores capazes de produzir efeitos negativos permanentes na vida de uma criança. Esses foram alguns dos pontos abordados em audiência pública que discutiu ontem a epigenética, ciência ligada à área da saúde que estuda a formação dos genes durante a gravidez e na pós-gestação.

O evento, promovido pelas Comissões de Educação (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH), integrou a programação da 8ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que vai até hoje no Senado.

Neonatologista e professor na Universidade de Montpellier (França), Gilles Cambonie chamou a atenção para pesquisas feitas em diversos países com populações afetadas por condições de grave crise social, como guerras ou escassez de alimentos. Todos os estudos demonstram aumento expressivo de crianças com quadros de ansiedade, depressão ou hiperatividade a partir dos 5 anos.

O quadro se torna ainda

mais grave a partir da adolescência e, no início da fase adulta, surgem alguns quadros de esquizofrenia, segundo o especialista.

— Tudo isso fruto do enorme estresse sofrido pelas mães durante a gravidez e, em muitos casos, também pelas próprias crianças, ainda durante as fases de formação neuronal — explicou.

Alicerces

A psiquiatra Françoise Molénat, que também atua na Universidade de Montpellier, mostrou resultado de pesquisa que coordenou para o sistema de saúde francês, mensurando o resultado da assistência social sobre mães toxicômanas. O estudo comparou o impacto sobre as famílias, incluindo as crianças, que tiveram a cobertura do sistema de saúde pública em relação às que não foram alcançadas.

— Os dados comprovam um desempenho escolar superior e muito menos problemas de ordem psicológica nas crianças que tiveram melhores cuidados — disse a médica.

O presidente da Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia, o psicólogo Luiz Antonio Correa, também destacou resultados de pesquisas científicas sobre a má alimentação

na primeira infância ou sobre o abuso de drogas durante a gravidez.

— São fatores ligados à capacidade cognitiva que podem deixar marcas para uma vida inteira. Todas as pesquisas demonstram consequências, como dificuldade em relação a abstrações ou à capacidade de concentração — advertiu.

A psicóloga da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Maria Regina Maluf criticou o modelo educacional brasileiro. Ela observou que, apesar do índice de crianças frequentando a escola estar próximo a 100%, isso não se reflete na qualidade da educação:

— Como pode haver crianças que passaram cinco anos na escola e não aprenderam a ler, a fazer contas ou a conversar?

A psicóloga apresentou pesquisas conduzidas no Brasil que indicam a enorme diferença de desempenho escolar entre as crianças a partir dos seis anos de idade que tiveram um período anterior de necessidades básicas atendidas e as que não tiveram.

— Isso não é determinismo de maneira nenhuma, mas não podemos ignorar que é nos seis primeiros anos que construímos um alicerce que servirá para o resto da vida.

Comissão aprova projeto que derruba classificação de animais como “coisas”

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, em decisão final, projeto de lei (PLS 351/2015) do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) que altera o Código Civil (Lei 10.406/2002) para determinar que os animais não sejam considerados como coisas. O texto teve parecer favorável, com duas emendas de redação, de Alvaro Dias (PSDB-PR).

O PLS 351 encaminha o enquadramento dos animais, no Código Civil, na categoria de bens móveis. Anastasia, ao justificar a proposta, criticou o tratamento dispensado pelas leis brasileiras aos animais:

“O Código Civil prevê apenas dois regimes para regulamentar as relações jurídicas: o de bens e o de pessoas. Não enfrenta, portanto, uma categoria de direitos atinentes à tutela do animal como ser vivo e essencial à sua dignidade, como já acontece na legislação de países europeus”.

No voto favorável, o relator observou que o respeito ao meio ambiente — que inclui a proteção e defesa dos animais — foi elevado à condição de direito fundamental pela Constituição de 1988.

Alvaro frisou que a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998) já tipifica os crimes contra a fauna e que a Lei 11.794/2008 estabelece procedimentos para o uso científico de animais. Comentou ainda que o Brasil, em nível internacional, é signatário da Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagem em Perigo de Extinção e da Declaração Universal dos Direitos dos Animais.

O senador avaliou que o PLS 351 pode suprir a falta de uma lei geral que conceitue o bem-estar dos animais e defina os maus-tratos.

Se não houver recurso para votação em Plenário, o projeto vai à Câmara.



Alvaro Dias, relator, defende a proposta na CCJ, ao lado de Aloysio Nunes

Adiada votação sobre criação de cargos de educador social

Pedido de vista adiou a votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ontem, de projeto de lei (PLS 328/2015) do senador Telmário Mota (PDT-RR) que regulamenta a profissão de educador social. O texto recebeu parecer favorável do relator, Paulo Paim (PT-RS).

O ponto polêmico do projeto é delegar à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a competência para criar e prover cargos

de educador social. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apontou inconstitucionalidade na proposta.

— Não podemos tomar essa providência [com um projeto de autoria parlamentar]. Teria vício de iniciativa — disse.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) criticou o fato de o projeto estabelecer encargos para estados e municípios (criação e provimento de cargos públicos) sem considerar o impacto sobre as finanças públicas.

Bezerra quer atenção às escolas técnicas

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) comemorou a conquista, por estudantes brasileiros oriundos do Pronatec, do primeiro lugar geral no ranking de medalhas na 43ª WordSkills, campeonato mundial de escolas técnicas.

O senador destacou que o Brasil ficou na frente de países que investem maciçamente nesse tipo de ensino. Segundo ele, o Pronatec capacitou 10 milhões de pessoas desde 2011, número considerado tímido quando comparado com



a Coreia do Sul, os Estados Unidos e a Alemanha.

Bezerra destacou a dificuldade das empresas para contratar pessoas treinadas e afirmou que a baixa qualificação da mão de obra inibe o crescimento do país, especialmente nas regiões mais carentes.

— Os resultados positivos da competição não podem ser a exceção. Eles devem ser rotina. Esse é um esforço que deve ser contínuo e com a participação decisiva do setor empresarial.

Ângela pede fim de greve no ensino em RR

Ângela Portela (PT-RR) espera que os alunos das escolas públicas de Roraima voltem às aulas nos próximos dias. Ela informou que, nesta semana, abriu-se um canal de comunicação entre professores e o governo que pode pôr fim à greve da categoria, que dura 70 dias.

Em pronunciamento no Plenário, Ângela explicou que o governo do estado já se dispôs a não descontar os dias parados e a enquadrar os professores no regime de 25 horas semanais. Além



disso, abriu as possibilidades de progressão na carreira e de criação de um calendário de concursos públicos para a educação.

— Entendo as restrições orçamentárias e as dificuldades da governadora, mas é preciso reconhecer que os professores de Roraima vivem situação de achatamento salarial que precisa ser levada em consideração. Com a boa vontade das partes, podemos chegar a um final satisfatório até a sexta-feira [amanhã].

Estados pedem fontes mais seguras para fundo

Em audiência, secretários de Fazenda consideraram os recursos de repatriação, propostos pelo governo federal, insuficientes para compensar perdas pela unificação do ICMS

O IMPACTO DA unificação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as finanças estaduais preocupa os secretários de Fazenda dos estados que participaram ontem de reunião na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

A mesma preocupação foi manifestada na semana passada, no primeiro debate sobre o assunto, também com representantes de diversos estados. Os temores estão relacionados com a concepção e a forma de funcionamento dos fundos que serão constituídos para repor eventuais perdas com a mudança tributária.

A unificação da alíquota do ICMS em 4% está prevista em projeto de resolução (PRS 1/2013) em análise na CDR. Com isso, a margem de negociação entre os estados e as empresas que ali pretendem se instalar ficará muito reduzida em comparação com as alíquotas interestaduais atualmente em vigor, que variam de 7% a 12%. Hoje, vários estados reduzem as alíquotas para atrair investidores privados, de maneira a estimular a geração de emprego e renda para a população.

Como contrapartida, o governo acena com a Medida Provisória (MP) 683/2015,



José Alves Filho, Manoel Procópio Júnior, Simone Tebet, Ana Paula Vescovi e Carlos Molim em audiência na CDR

que cria o Fundo de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura e o Fundo de Auxílio à Convergência das Alíquotas do Imposto sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. A proposta do governo é que os recursos para os fundos venham da repatriação de dinheiro dos brasileiros no exterior.

Para os secretários de Fazenda, a medida é insuficiente para compensar as perdas dos estados. Eles exigem fontes

mais seguras de receitas para os fundos.

— Isso nos preocupa porque precisamos de clareza nessas compensações — disse Ana Paula Vescovi, secretária da Fazenda do Espírito Santo.

O secretário da Fazenda do Ceará, Carlos Mauro Benevides Filho, lamentou que a concessão de incentivos fiscais para atração de investimentos tenha recebido a pecha de “guerra fiscal”. Para ele, se não houvesse incentivos, os estados mais pobres não conse-

guiriam atrair investimentos.

— Os estados compensam para dar igualdade de condições. Isso é feito no mundo inteiro — apontou.

Segurança jurídica

O presidente do Conselho Consultivo da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável, José Alves Filho, defendeu a manutenção do atual modelo de concessão de incentivos.

— É muito mais barato simplificar a burocracia fiscal do

que forçar um outro modelo de arrecadação — afirmou.

Para o diretor de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina, Carlos Roberto Molim, a proposta de reforma do ICMS em discussão “não é a ideal, mas a possível”. Ele lembrou que os incentivos fiscais concedidos pelos estados foram considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O órgão, inclusive, analisa a possibilidade de baixar uma súmula vinculante consolidando o entendimento sobre o assunto.

Representante da Secretaria de Fazenda de Minas Gerais, Manoel Procópio Júnior acrescentou que a indefinição sobre a questão trava novos investimentos:

— A retomada do plano de investimentos das empresas está em stand-by, aguardando o clareamento desse cenário — assinalou.

O relator do projeto na CDR, Wellington Fagundes (PR-MT), afirmou que garantir a clareza das compensações é sua principal preocupação. Ele busca consenso entre estados e governo federal e acrescentou que não tem pressa para votar o texto.

— Temos que encontrar um equilíbrio — disse.

Comissão debate PEC que divide competência da União de criar leis

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) faz hoje, às 10h, audiência pública sobre proposta que torna competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios a criação de leis em diversos setores. Entre eles, trânsito e transporte; diretrizes e bases da educação; licitação e contratação; e organização, convocação e mobilização de policiais e bombeiros.

Legislar sobre esses assuntos é atribuição privativa da União, como previsto nos artigos 22 e 24 da Constituição. A PEC 47/2012, que fortalece as assembleias legislativas estaduais, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as câmaras municipais de vereadores, estabelece que a União passará a editar apenas regras gerais, suplementadas por normas específicas elaboradas pelos entes federativos.

O texto original é de autoria de 14 assembleias legislativas, mas foi modificado pelo relator na CCJ, Antonio Anastasia (PSDB-MG).

A audiência pública foi proposta por José Pimentel

(PT-CE) após a leitura do substitutivo de Anastasia, na quarta-feira da semana passada.

De acordo com o texto, a União também perde exclusividade de criar leis sobre direitos processual e agrário. Pimentel teme que as mudanças resultem em novos conflitos entre os entes da Federação e, por isso, sugeriu ouvir autoridades e especialistas, de forma a aprofundar a discussão sobre o assunto.

Foram convidados para o debate o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Francisco Falcão; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho; o jurista Dalmo Dallari; e o presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), Sandro Locutor.

A audiência pública será realizada na sala 3 da Ala Alexandre Costa, no Senado.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Pinheiro defende compensação por perdas com ICMS

Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu a criação de um fundo constitucional para compensar as perdas dos estados com a unificação das alíquotas do ICMS em 4%, como previsto no PRS 1/2013.

O senador destacou que o fundo não pode ser criado por medida provisória, como fez o governo, mas por proposta de emenda à Constituição.

O governo encaminhou ao Congresso em julho a MP 683/2015, que cria o Fundo de Compensação e Desenvolvimento Regional para os Estados e o Fundo de Auxílio à Convergência das Alíquotas do ICMS. Como a medida não incluiu os fundos na Constituição, Pinheiro alertou que poderiam não oferecer segurança jurídica aos estados.

— Esse caminho não nos dá a segurança da continuidade. Pode até atender momentaneamente, o que acho difícil. Mas não teremos os recursos para bancar. Essa iniciativa é um risco muito grande.



Ano Voipre/Agência Senado

Wellington alerta para problemas no garimpo em MT

Wellington Fagundes (PR-MT) chamou a atenção para o surgimento de um garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, em Mato Grosso, que já reúne mais de 5 mil pessoas. Segundo ele, o local é uma “tragédia anunciada” pela ausência de condições para abrigar tantas pessoas.

— Chegar um fluxo de pessoas de uma hora para outra, com certeza poderá ser um caos social, se não tomarmos providências rápidas — alertou.

Wellington destacou que cada vez mais garimpeiros amadores são atraídos devido aos relatos sobre as descobertas de ouro na região.

— Num momento de desemprego, as pessoas começam a sonhar com as oportunidades, sem analisar as dificuldades que encontrarão — observou.

Na terça, o senador informou que protocolou um requerimento pedindo a formação de uma comissão externa da Casa para ir a Pontes e Lacerda tomar conhecimento da situação.



Moreira Moritz/Agência Senado

Lídice presta homenagem a políticos baianos

Lídice da Mata (PSB-BA) prestou uma homenagem póstuma a dois políticos baianos: o deputado constituinte Fernando Sant’Anna e o médico e ex-prefeito Salvador da Matta, que completariam cem anos em 2015.

— Tiveram compromisso com a coisa pública e compromisso com a honestidade e a dignidade à frente das atividades públicas. Honraram os votos do povo da Bahia.

Segundo Lídice, Sant’Anna teve o mandato na Câmara dos Deputados cassado pela ditadura militar e foi preso. Depois de libertado, participou da campanha pelas eleições diretas e voltou à Câmara.

Salvador da Matta era tio de Lídice e foi vereador e prefeito de Ipiáú (BA). Depois de se formar médico, montou consultório em casa e trabalhou como obstetra e legista, além de ter clinicado no sindicato rural local. Segundo a senadora, ele foi também protagonista da emancipação de Ipiáú.



Moreira Moritz/Agência Senado

Projeto aprovado facilita parcerias em C&T

De acordo com a proposta, instituições públicas poderão compartilhar bens, instalações e capital humano com instituições privadas de ciência, tecnologia e inovação

AGENDA BRASIL

FACILITAR PARCERIAS DE longo prazo entre os setores público e privado nas áreas de ciência, tecnologia e inovação é o objetivo do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 77/2015, aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta permite a institutos governamentais autorizar o uso de bens, instalações e capital humano por outros institutos, empresas privadas e pessoas físicas.

O projeto, do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), regulamenta a Emenda Constitucional 85 e integra a Agenda Brasil. De acordo com o relator, Jorge Viana (PT-AC), a proposta dá maior flexibilidade de atuação às instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICTs) e respectivas entidades de apoio. Segundo ele, essas instituições enfrentam hoje dificuldades burocráticas para firmar parcerias.



Presidente da CCJ, José Maranhão (C), na reunião de ontem: proposta agora vai à Comissão de Ciência e Tecnologia

A proposta possibilita dispensa de licitação, pela administração pública, nas contratações de serviços ou produtos inovadores de empresas de micro, pequeno e médio portes, alterando a Lei de Licitações (Lei 8.666/1993).

O projeto permite ainda recorrer ao Regime Diferenciado de Contratações (RDC) em atividades de órgãos dedicados a ciência, tecnologia e inovação. A proposição também prevê a possibilidade de o chefe do Poder Executivo de cada

ente federativo estabelecer regime simplificado para as aquisições nessas áreas.

Pesquisadores

Pesquisadores em regime de dedicação exclusiva de instituições públicas poderão exercer atividades remuneradas de ciência, tecnologia e inovação em empresas privadas. A proposta também possibilita a professores das instituições federais de ensino o exercício de direção máxima de fundações de apoio, inclu-

sive recebendo remuneração adicional.

Durante a discussão da proposta, o senador Walter Pinheiro (PT-BA) disse que o aspecto central da proposição é flexibilizar a atuação das instituições de ciência e tecnologia e das entidades de apoio. Para o senador, as dificuldades de ação desses órgãos são mais graves até do que a escassez de recursos. A proposta segue agora para análise da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Jorge Viana destaca estímulo a inovação e pesquisa científica

A aprovação do projeto foi comemorada por Jorge Viana em discurso no Plenário. Ele disse que o projeto deverá ser aprimorado nos próximos dias para votação final.

— Que esse projeto, que eu relatei e que vou relatar ainda na CCT, garanta a promoção da cooperação e interação entre entes públicos e setor público e privado e entre empresas. Estimula a atividade de inovação nas instituições científico-tecnológicas de inovação. Promove a competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional, simplifica os procedimentos para gestão de projetos — afirmou o senador.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Divulgação Usina Hidrelétrica de Maracá



Usina no Paraná: proposta assegura aos índios compensação pela construção de hidrelétricas em terras indígenas

Índios podem ganhar por uso de recursos hídricos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 76/2011, que assegura aos indígenas participação nos resultados da construção de hidrelétricas em suas terras. O texto também estabelece, para o aproveitamento dos recursos hídricos, a mesma exigência constitucional já prevista para exploração de riquezas minerais em terras indígenas: autorização do Congresso, tendo sido ouvidas as comunidades afetadas. A PEC segue para o Plenário.

Hoje já são reconhecidos aos índios os direitos de posse permanente das terras que ocupam e de usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. Quanto à participação na exploração dos recursos, a Constituição garante apenas o direito a resultados obtidos com as riquezas minerais.

O autor da PEC, Blairo Maggi (PR-MT), explica que, no caso de hidrelétricas em terras indígenas, por exemplo, “não há garantia explícita da participação dos índios nos resultados de tal exploração”.

O senador acrescenta que essa lacuna tem gerado divergências na interpretação da norma constitucional e insegurança jurídica para as comunidades. Para o parlamentar, se a Constituição concede aos índios usufruto exclusivo das riquezas dos rios e dos lagos existentes em suas terras, é justo que haja compensação caso sejam privados do livre acesso a essas águas.

“Como justificar, por exemplo, que a construção de uma usina hidrelétrica gere riquezas para o país e não beneficie, de algum modo, as populações tradicionais diretamente afetadas?”, questiona.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), salienta a ne-

cessidade de tratamento coerente em relação aos recursos hídricos. “Ambas as atividades [a lavra mineral e o aproveitamento hídrico] podem impactar fortemente as comunidades”, observa.

Raupp lembra que, na construção de hidrelétricas em área agrícola, por exemplo, é feita a desapropriação da terra e as famílias de agricultores são transferidas e compensadas. Quando isso ocorre em terra indígena, pondera o senador, não há a possibilidade de desapropriação, sendo necessária a compensação, por meio da participação nos resultados da exploração.

O relator considera necessário explicitar o direito na Constituição, para evitar divergências de interpretações e insegurança jurídica. O texto segue para decisão final em Plenário, em dois turnos de discussão e votação. Se aprovado, irá à Câmara.

Avança criação de 2 varas na região metropolitana de Porto Alegre

Proposta de interiorização da Justiça Federal foi aprovada ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O PLC 114/2015 cria duas novas varas em Gravataí (Região Metropolitana de Porto Alegre), jurisdição no Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região. A iniciativa, com apoio da relatora, Ana Amélia (PP-RS), vai agora ao Plenário.

As duas novas varas federais terão 2 cargos de juiz titular, 2 de juiz substituto, 34 cargos efetivos (analistas e técnicos judiciários), 2 cargos em comissão e 26 funções comissionadas.

Segundo Ana Amélia, a cria-

ção das varas justifica-se pela crescente demanda da população pela proteção da Justiça. A relatora reconhece que o quadro de servidores proposto “é o mínimo indispensável para o funcionamento das unidades” e que o orçamento do TRF comporta o aumento das despesas gerado pelo projeto.

Gravataí teve a primeira vara instalada em 2011, com competência restrita, processando só as causas submetidas ao rito dos juizados especiais federais e, no caso das ações de rito ordinário, as matérias relativas a temas previdenciários e execuções fiscais.

Debate aborda o papel do setor privado na defesa agropecuária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) faz hoje, às 8h, audiência pública para discutir o papel do setor privado na defesa agropecuária: os desafios para a segurança alimentar e ambiental e o papel da vigilância sanitária agropecuária quanto à inserção mercadológica da produção agrícola familiar.

A audiência foi solicitada por Dário Berger (PMDB-SC). O senador explica que, dada a relevância para o setor produtivo rural, a Política de Defesa Agropecuária e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a

Agricultura Familiar e Reforma Agrária foram eleitos objetos de acompanhamento pela CRA neste ano.

Foram convidados para a audiência os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Em reunião presidida por Ataídes (C), Pereira e Maria Emília debateram metodologias diferentes de coletar dados

Forma de calcular emprego e desemprego é discutida

A partir de 2016, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua vai englobar a Pesquisa Mensal de Emprego, feita pelo IBGE em seis regiões metropolitanas. Intenção é atingir 3.464 cidades

A UNIFICAÇÃO, NA Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua, das estatísticas oficiais sobre emprego e desemprego a partir do próximo ano foi discutida ontem em audiência na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A Pnad Contínua, do IBGE, englobará a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), feita pelo órgão em apenas seis regiões metropolitanas, e ampliará a periodicidade e a cobertura da Pnad anual que o instituto realiza desde 1967.

Conforme explicou Cimar Azeredo Pereira, coordenador de Trabalho e Rendimento da do IBGE, a nova metodologia, iniciada em 2012, cobrirá áreas urbanas e rurais de 3.464 municípios, com 210 mil domicílios visitados trimestralmente, por cerca de 2 mil entrevistadores.

Os dados gerados permitirão o acompanhamento contínuo do mercado de trabalho nas cinco regiões do país, nos 26 estados e no Distrito federal, em todas as capitais e em 20 regiões metropolitanas.

— Uma grande conquista foi essa transição da Pnad e PME para Pnad Contínua, ao longo de 2012, 2013, 2014 e 2015. Foi uma oportunidade de implantar uma pesquisa, tendo as outras duas correndo em paralelo — explicou.

Autor do requerimento para realização do debate na CMA, Ataídes Oliveira (PSDB-TO) questionou Pereira quanto ao conceito de desempregado das pesquisas do IBGE, que não inclui aqueles que não procuraram trabalho nos 30 dias que antecedem a entrevista ou que realizam trabalhos precários, conhecidos como “bicos”.

O coordenador esclareceu que o instituto adota definições e nomenclaturas recomendadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotadas na última Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, realizada em outubro de 2013.

Pereira disse que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) inclui as pessoas que não procuram emprego e as que fazem “bicos” na categoria de desempregados, motivo pelo qual os números desse órgão serem maiores que os do IBGE.

— Temos hoje dois milhões de pessoas nessa condição, de desocupadas e que não viram qualquer possibilidade de trabalho nos últimos 30 dias. É muito fácil dizer que esses dois milhões de desalentados estão em casa esperando que Deus provenha o alimento de amanhã — protestou Ataídes.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, não pode ser comparado com a Pnad, como explicou Maria Emília Piccinini Veras, coordenadora-geral de Estatística do Trabalho do ministério.

Enquanto a pesquisa do IBGE é feita por meio de entrevista domiciliar e levanta dados sobre o mercado formal e informal, o Caged é declaratório, com informações prestadas por empresas que admitiram ou demitiram funcionário e cobre somente o mercado formal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Taxa de 8,3%

Pelas pesquisas do IBGE, a taxa de desempregados entre abril e junho ficou em 8,3%, a mais alta desde 2012, quando o órgão iniciou a Pnad Contínua. Conforme Cimar Pereira, a tendência é de aumento de trabalhadores por conta própria, como ocorre em períodos de retração da economia.

Em resposta a Donizeti Nogueira (PT-TO), Pereira informou que o IBGE não faz previsões sobre a evolução do desemprego, pois analisa apenas números coletados. Fazendo referência a séries históricas das pesquisas feitas pelo instituto, no entanto, ele disse que a taxa de desocupa-

ção tende a cair em dezembro, devido a contratações no comércio para vendas no Natal.

— A grande expectativa de todos é saber quanto desse trabalho temporário do final do ano vai permanecer no mercado, se o mercado vai dispensar menos do que o ano anterior ou se vai dispensar além daquele temporário que contratou — completou.

Crise no IBGE

Pereira também informou quanto à suposta crise no IBGE noticiada pela imprensa em 2014, motivada pelo adiamento da divulgação da Pnad Contínua. O coordenador negou que o problema tenha ocorrido por interferência do governo federal e disse não ter cogitado sair do instituto, como divulgado pela mídia.

O problema ocorrido no ano passado, como afirmou, foi motivado pela urgência na liberação de dados para a repartição de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), problema que decorreu de uma avaliação incorreta da legislação, disse, levando a direção do IBGE a anunciar o adiamento da divulgação da Pnad Contínua, para que os técnicos pudessem cumprir os prazos para o FPE.

— Em momento nenhum ameacei sair do cargo na época. O que gerou essa confusão foi que entendemos que tínhamos mais tempo para entregar os dados para FPE e não era assim. A orientação foi para suspender a divulgação da Pnad e seguir trabalhando com foco exclusivo para atender o FPE — explicou.

No entanto, reforçou Pereira, o IBGE conseguiu manter a divulgação da pesquisa nas datas previstas, por conta de esforço do corpo técnico.

— Se isso tivesse acontecido em 2012 ou 2013, não teria havido problema, mas como foi em ano eleitoral, gerou toda aquela confusão. Não vejo ingerência dentro do IBGE: se fosse em qualquer outro ano, teria passado despercebido.

Firma reconhecida em cartório pode acabar no serviço público

AGENDA BRASIL

A votação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do projeto de lei (PLS 214/2014) que racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos órgãos e entidades dos três Poderes, em todos os níveis federativos, ficou para a próxima semana. O adiamento decorreu de pedido de vista coletiva para exame de aperfeiçoamentos sugeridos na reunião.

O projeto, do senador licenciado Armando Monteiro (PTB-PE), integra a Agenda Brasil, pacote de medidas em exame no Senado para combater a crise. Segundo ele, o objetivo é reduzir a burocracia administrativa sempre que o custo econômico ou social do processo for maior que o risco de fraudes. O texto teve voto favorável da relatora, Gleisi Hoffmann (PT-PR).

O projeto dispensa o reconhecimento de firma em cartório, passando a delegar ao agente público o poder de confrontar a assinatura apresentada pelo cidadão com a de documentos pessoais de identidade e de atestar a autenticidade de cópias.

O texto prevê ainda que a comunicação entre o poder público e o cidadão possa

ser feita por qualquer meio, inclusive comunicação verbal direta, telefônica e por correio eletrônico. Quanto a esse ponto, Antonio Anastasia (PSDB-MG) ponderou: — Em se tratando da defesa de um direito, ele pode ficar sem resguardo dos procedimentos legais adequados, até para a eventual defesa ou cumprimento de prazos.

Simone Tebet (PMDB-MS) chamou a atenção para item do projeto que dispensa a exigência da presença do dono de veículo no caso da transferência da propriedade, haja vista o alto índice de roubos de carros, como em Mato Grosso do Sul.

Gleisi, no parecer, já havia apresentado duas emendas ao texto, uma delas para excluir a dispensa de autorização com firma reconhecida para viagem de menor se os pais estiverem presentes ao embarque. A senadora se preocupa com a falta da autorização no retorno da criança.

A segunda retira da proposta a substituição do controle prévio dos processos pelo controle posterior para identificação de fraudes ou falhas.

O PLS 214/2014 terá votação final na CCJ. Se aprovado, vai à Câmara, a não ser que haja recurso para análise em Plenário.



Proposta recebeu relatório favorável, com emendas, de Gleisi Hoffmann

Comissão debaterá financiamento sindical, segurança e direito público

Foram aprovados ontem três requerimentos de audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O primeiro deles foi apresentado por Paulo Paim (PT-RS) e José Medeiros (PPS-MT) e propõe debate sobre proposta de emenda à Constituição que regula as fontes de custeio das entidades sindicais e pode acabar com a contribuição sindical obrigatória (PEC 36/2013), de autoria de Blairo Maggi (PR-MT).

O segundo, de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), soli-

cita debate sobre segurança pública e organização das polícias, para instruir a votação de cinco PECs sobre o assunto que tramitam em conjunto (PEC 102/2011, PEC 40/2012, e PECs 19, 51 e 73, de 2013).

O terceiro requerimento, de Simone Tebet (PMDB-MS), propõe audiência sobre o PLS 349/2015, que trata de segurança jurídica e eficiência no direito público. O projeto inclui disposições sobre o assunto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei 4.657/1942).

Ibama suspendeu intervenções na rodovia por considerar que houve retirada de vegetação. Dnit disse que obras não afetam ambiente

Senadores pedem liberação de obras em BR que liga Porto Velho a Manaus

SENADORES DA REGIÃO Norte pressionaram o Ibama a liberar as obras de recuperação da BR-319, entre Manaus e Porto Velho. O tema foi debatido ontem numa audiência da Comissão de Infraestrutura (CI).

Para eles, a recomendação de paralisação é ideológica, porque as obras não envolvem pavimentação nem desmatamento, como argumenta o Ibama. As cidades ficarão isoladas brevemente, com o período de perda de navegabilidade dos rios, advertiram.

Os senadores obtiveram do diretor de Licenciamento Ambiental do Ibama, Thomaz Miazaki, o compromisso de analisar rapidamente o pedido de suspensão da paralisação.

— Acredito que [o exame] será rápido, por todo o interesse social manifestado — disse.

O diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Valter Casimiro Silveira, afirmou:

— O compromisso é entregar ainda hoje [ontem] as explicações, o pedido de levantamento e o detalhamento do que são os itens de manutenção da rodovia.

Silveira afirmou que o Dnit foi surpreendido com o pedido de suspensão das intervenções, já que na BR-319 estão sendo feitas apenas obras de recomposição de aterro, revestimento, limpeza lateral e substituição de bueiros.



O senador Garibaldi Alves Filho (C) conduz a audiência da Comissão de Infraestrutura sobre a recuperação da BR-319

— O Dnit não está fazendo nada além do que já estava na rodovia. Não estamos aumentando grade, plataforma ou pavimentação — garantiu.

Abandono

A BR-319 foi concluída em 1976, mas abandonada em anos posteriores. A manutenção foi retomada na gestão do ex-presidente Lula.

Os segmentos próximos às capitais são asfaltados, mas os demais trechos não podem receber pavimentação sem o licenciamento do Ibama.

Esse processo se arrasta desde 2007. Um acordo determinou que as obras — roçado, terraplanagem, recuperação de pontes de madeira e outras que manteriam as condições de rodagem, ainda que não haja asfaltamento — poderiam ser feitas sem o licenciamento,

em processo de análise, desde que os parâmetros atuais da estrada fossem mantidos.

Porém, em agosto, o Ibama fez uma vistoria e considerou que o acordo foi violado, com intervenções não autorizadas. Em alguns trechos, disse Miazaki, a largura da faixa de rodagem, que era de 5 metros, saltou para 18 metros, com retirada de vegetação, que é uma infração ambiental.

A empresa que fazia a obra foi multada em R\$ 7 milhões e teve as atividades paralisadas.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) considerou que o direito de ir e vir dos cidadãos da Região Norte está sendo afetado com a suspensão da obra. Ela mencionou a influência de entidades ambientalistas estrangeiras na tentativa de isolar a Amazônia.

Acir Gurgacz (PDT-RO) argumentou que a falta de comunicação rodoviária impede a oferta de produtos hortifrutigranjeiros de seu estado ao mercado de Manaus:

— Não há nada de errado em reabrir a BR para conservar. É para sustentabilidade, não para desmatamento. É a ligação de Rondônia e do Amazonas com o resto da população brasileira.

Para Valdir Raupp (PMDB-RO), o dinheiro que já foi gasto com os estudos ambientais para a pavimentação, estimados em R\$ 100 milhões, poderia ser usado para adqui-

rir helicópteros auxiliares na fiscalização do desmatamento:

— Acho que está havendo uma questão ideológica na paralisação.

Para Omar Aziz (PSD-AM), é incompreensível que locais como Boa Vista tenham mais relacionamento com a Venezuela do que com o resto do país. Em sua opinião, falta ao Ibama espírito público.

Zona franca

Ivo Cassol (PP-RO) lembrou que as áreas de proteção ambiental da região, em sua maioria, foram feitas depois que a BR-319 já estava construída e que por isso não faz sentido que haja um recuo.

Blairo Maggi (PR-MT) afirmou:

— Devemos tirar a questão ideológica. Outras rodovias [na região] foram construídas após a BR-319.

Representantes da indústria do Amazonas e de Rondônia defenderam a pavimentação da BR-319. Segundo Saleh Hamded, da Federação das Indústrias do Amazonas, as vantagens tributárias da Zona Franca de Manaus não estão mais compensando a burocracia e a falta de infraestrutura para dar vazão aos produtos da região.

Para Alan Gurgel, da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia, é “falta de lógica” não haver uma “ligação efetiva” com o resto do Brasil.

Lídice da Mata denuncia incêndio criminoso na Bahia

Lídice da Mata (PSB-BA) destacou ontem iniciativa do professor Raiton do Nascimento Barbosa, da Escola Polivalente de Xique-Xique (BA), que denunciou, pelo Facebook, incêndio criminoso em 100 hectares de carnaúba nativa. O incêndio ocorreu às margens do Rio São Francisco e a denúncia foi feita no grupo SOS Rio São Francisco. A senadora elogiou o uso da rede social em ações de proteção do meio ambiente.

— Aquela área reúne fauna e flora importantes para o bioma da Caatinga — alertou.

Ivo Cassol defende autorização para droga contra o câncer

Ivo Cassol (PP-RO) defendeu ontem a liberação da fosfoetanolamina sintética para tratamento de câncer. O senador criticou o programa *Fantástico*, da TV Globo, que teria praticado um “desserviço para a humanidade” ao exibir, no domingo, reportagem questionando a eficácia do composto químico. Ele citou a reação negativa à reportagem nas redes sociais e leu trechos de depoimentos de portadores de câncer que foram curados pela substância.



Moreira Moritz/Agência Senado

Emenda em MP vai resolver dívidas do Proálcool, diz Caiado

Ronaldo Caiado (DEM-GO) pediu aos senadores que aprove emenda apresentada por ele à MP 678/2015 que permite renegociação de dívidas de produtores inscritos no Proálcool, na década de 70.

Caiado reconheceu que a emenda não tem relação com a MP, que trata do Regime Diferenciado de Contratações. Mas ela vai resolver o problema de quem aderiu ao Proálcool e depois teve prejuízo por não conseguir escoar a produção.

Rodovia é a única ligação com o restante do país, afirma Vanessa em discurso

A audiência na CI foi citada em discurso feito por Vanessa Grazziotin na tribuna do Plenário. Ela espera que o governo federal libere sem demora o reinício das obras.

A senadora ressaltou que a BR-319 é a única ligação terrestre de Roraima e Amazonas com o restante do país. Segundo ela, a recuperação da rodovia é emergencial para



salvar vidas. Vanessa ressaltou que o Dnit assumiu compromissos de preservação do meio ambiente e que o Ibama teria avançado sobre competência do Ministério do Trabalho.

— Ninguém mais do que nós tem preocupação com a preservação ambiental, mas não é possível que continuemos isolados.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Federações cobram “futebol para todos” em CPI

Dirigentes estaduais afirmam que os times pequenos não têm condições de se adequar às exigências legais e administrativas feitas igualmente a todos os clubes do país

A CPI DO Futebol recebeu os presidentes de sete federações estaduais de quatro regiões do país. Eles relataram a realidade de seus estados, pediram unidade nos esforços para melhorar o futebol brasileiro e afirmaram que a administração e a legislação que orientam o esporte não dão suficiente atenção aos times pequenos.

— Precisamos entender que a legislação é feita para todos os clubes. Um clube grande pode se adequar, mas um humilde não tem essa estrutura. Há presidentes de clubes menores e organizados que estão desistindo. Precisamos ter exigências, mas de formas diferentes para grandes e pequenos — defendeu Reinaldo Carneiro Bastos, da Federação Paulista de Futebol (FPF).

Os dirigentes criticaram a Lei Pelé, que, segundo eles, enfraqueceu os clubes ao retirar deles muitos direitos nas negociações de contratos de jogadores e garantias de retorno financeiro que davam segurança à formação de atletas. Para Gustavo Vieira, da Federação de Futebol do Espírito Santo (FES), isso tornou o modelo brasileiro insustentável.

— O desenvolvimento esportivo no Brasil se dá exclusivamente por meio dos clubes, e não das escolas e uni-



Romário (4º à esq.) recebe dirigentes do futebol de São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Ceará, Amapá, Rondônia e Pernambuco

versidades, como em outros países. Temos que aprimorar o mecanismo de proteção aos clubes formadores, que hoje é praticamente inexistente. Eles são, talvez, a única chance de inclusão social de jovens de áreas de risco — disse.

Vieira também questionou exigências do recém-sancionado Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), que refinancia dívidas de clubes mediante o cumprimento de normas administrativas. Algumas exigências, como a regularidade fiscal e a certidão negativa de débitos com a Receita, são feitas a todos os clubes do país, mesmo os que não aderirem ao Profut. Para Vieira, isso será o “genocídio” de agremiações de menor porte.

André Luiz Pitta Pires, da

Federação Goiana de Futebol (FGF), rejeitou a possibilidade de fim dos campeonatos estaduais, o que tiraria atividade dos clubes menores. Também disse que o futebol nacional precisa “alavancar” as categorias de base, para manter no país atletas jovens que, hoje, vão muito cedo para o exterior.

Mauro Carmélio Costa Júnior, da Federação Cearense de Futebol (FCF), defendeu o estímulo à formação esportiva nas escolas, de modo a aliviar os clubes. O presidente da Federação Amapaense de Futebol (FAF), Roberto Góes, pediu atenção para a realidade dos estados menores. Segundo ele, a gestão do presidente Marco Polo Del Nero na Confederação Brasileira de Futebol (CBF) melhorou esse aspecto. Góes disse que o caminho para a evolução institucional

do futebol não é por críticas, mas pela busca de soluções.

Heitor Luiz da Costa Junior, da Federação de Futebol de Rondônia (FFER), e Evandro Carvalho, da Federação Pernambucana de Futebol (FPF-PE), completaram a mesa da audiência.

Treinamento

O presidente da CPI, Romário (PSB-RJ), perguntou sobre o andamento da construção de centros de treinamento nos estados que não sediaram a Copa do Mundo de 2014, como prometido pela CBF.

Os presidentes das federações disseram que, em Rondônia, o terreno para a obra já foi adquirido e a previsão de inauguração do centro é dentro de seis a oito meses. No Amapá, a CBF ainda trabalha na documentação de compra

do terreno, mas ele já está escolhido. Goiás e Espírito Santo ainda estão avaliando possíveis locações. Os centros de treinamento serão inicialmente administrados pela própria CBF, mas os dirigentes acreditam que a entidade buscará parceiros para isso em um segundo momento.

Romário quis saber também sobre a proximidade dos presidentes das federações de São Paulo, Pernambuco e Goiás com Del Nero, tanto em termos pessoais quanto de negócios. Carneiro Bastos (da FPF), Carvalho (da FPF-PE) e Pitta Pires (da FGF) negaram envolvimento com o presidente da CBF.

Romário indagou a Costa Junior por que ele foi o único presidente da história da federação rondoniense desde a fundação, em 1989. O dirigente garantiu que já trabalha na modificação do estatuto para limitar o número de reeleições. Essa é uma das exigências do Profut para entidades de administração do futebol.

Romário anunciou que a próxima audiência da CPI do Futebol será na quarta-feira, com presidentes de outras federações estaduais. Os convidados virão do Acre, Alagoas, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí e Roraima.

Avança texto que muda para nível superior cargos da Polícia Civil do DF

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto de lei que transforma de nível médio para superior os cargos da carreira da Polícia Civil do Distrito Federal. A proposta teve parecer favorável do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), e segue para votação em regime de urgência no Plenário.

Os cargos que compõem a carreira da Polícia Civil do DF, incluídos no PLC 91/2015, são perito criminal, perito médico-legista, agente de polícia, escrivão de polícia, papiloscopista policial e agente policial de custódia.

Segundo o governo federal, autor da proposta, “em face das mudanças do mundo do trabalho na era da informação, das políticas de recursos

humanos e da própria forma de atuação da Polícia Civil do Distrito Federal, será possível recrutar profissionais mais preparados para o exercício da função e para o trato com a sociedade”.

Durante a discussão do projeto, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) estranhou a aprovação de uma proposta como essa em meio ao déficit das contas públicas em 2015.

— A folha de pagamento da segurança pública no Distrito Federal é responsabilidade da União. Se a presidente da República acha que pode aumentar gastos com pessoal num momento de crise como este... — ponderou o senador.

A defesa da proposta foi feita por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador disse ter

recebido correspondência do Sindicato dos Policiais Cíveis do DF na qual se assegura que a aprovação não vai gerar impacto nos cofres públicos.

— A proposta irá apenas adequar a carreira ao que já é exigido, para ingresso, desde 1996. Trata-se apenas de uma política de valorização e

reconhecimento profissional — esclareceu Valadares.

O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), observou que o PLC é resultado de um compromisso firmado com a categoria em 2014, apoiado pelo então senador e hoje governador do DF, Rodrigo Rollemberg.



Policiais civis garantem que projeto não trará custos extras para cofres públicos

Explosão de caixa eletrônico deverá render até oito anos de cadeia

A pena para condenados por explosão de caixa eletrônico poderá ser de três a oito anos. A medida está no substitutivo de Romero Jucá (PMDB-RR) a projeto de lei da Câmara (PLC 24/2015) aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta segue

para o Plenário do Senado.

O PLC 24/2015 eleva o rigor na punição por furto qualificado, que é de dois a oito anos de reclusão, e em relação a furto simples, cuja punição é de um a quatro anos de prisão.

Jucá acata sugestão do texto original que eleva a punição a

até 12 anos de prisão para furto de explosivo, de arma de fogo, de munição e de bem público.

Em caso de roubo, com grave ameaça ou uso de violência, a pena de quatro a dez anos do Código Penal poderá ser aumentada de um terço até metade se o objeto roubado for

arma, munição ou explosivo.

“Tal conduta necessita de punição mais severa, tendo em vista que se utiliza, na prática do crime, de meio potencialmente mais perigoso, que diferencia sua conduta do criminoso comum”, justifica o relator.

Estelionato contra pessoa idosa pode ter pena dobrada

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem um projeto de lei que aumenta a punição para o estelionato se o crime for cometido contra um idoso. O PLC 23/2015 propõe que nesse caso a pena seja aplicada em dobro.

Hoje, a pena é de 1 a 5 anos de prisão mais multa. Segundo a proposta, no caso de a vítima ser pessoa idosa, a pena irá de 2 a 10 anos.

O Código Penal define o estelionato como a tentativa de tentar obter “vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento”.

— Dada a gravidade da conduta, em que o criminoso se vale da vulnerabilidade da vítima para dela tirar proveito, a pena deve ser adequadamente aplicada, a fim de desestimular o crime — diz o autor do projeto, deputado Márcio Marinho (PRB-BA).

A proposta agora vai para o Plenário do Senado.

Senador se disse indignado com a acusação, originada em delação premiada na Operação Lava-Jato, e pediu que o procurador-geral e o Judiciário esclareçam os fatos

Jader nega ligação com corrupção na Petrobras

NA COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Jader Barbalho (PMDB-PA) rebateu as notícias veiculadas pela imprensa no último fim de semana que envolvem o seu nome no recebimento ilegal de dinheiro proveniente de contratos da Petrobras. Ele se disse indignado com a acusação, que tem origem em delação premiada na Operação Lava-Jato, e manifestou o desejo de que a Procuradoria-Geral da República e o Judiciário esclareçam todos os fatos.

— Estou com tranquilidade e posso dizer que não há nenhum envolvimento de minha parte. Quero saber qual é o político de longo curso, de qualquer partido, que nunca recebeu recurso para campanha. Mas se alguém recebeu dinheiro do petróleo em meu nome, está me devendo esse dinheiro. Espero que esse assunto seja aprofundado e efetivamente esclarecido. Nunca tive participação nesse evento — disse Jader.

O presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB), reconheceu o direito de qualquer senador, quando atingido por acusações públicas, prestar esses esclarecimentos à comissão. Ele considerou que Jader apresentou os fatos com coragem e clareza.

— É o depoimento de alguém com uma longa vida

pública que merece respeito e atenção — disse.

Roberto Requião (PMDB-PR) pediu pressa em projeto que tramita na Casa sobre o direito de resposta.

— Defendo que o PLS 141/2011 seja pautado para votação no Plenário com urgência. Vamos ver se decidimos isso na próxima semana. As acusações contra Jader já pesaram sobre mim e a prova da falsidade das acusações não resolve o problema do julgamento feito pela imprensa. É o contraditório que se estabelece — disse Requião.

Perda de mandato

Alvaro Dias (PSDB-PR) fez um apelo aos deputados para que votem proposta (PEC 18/2013) do ex-senador Jarbas Vasconcelos que estabelece a perda automática do mandato quando um parlamentar for condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

— Isso evitaria um constrangimento para o Congresso, com a instauração de procedimentos exigidos pela sociedade para esclarecer fatos que decorrem de uma denúncia apresentada pela imprensa. Seria uma providência imprescindível a deliberação dessa matéria — disse.

Humberto Costa (PT-PE) também expressou solidariedade a Jader.



Jader Barbalho garante que não recebeu dinheiro ilegal proveniente de contratos da Petrobras nem se envolveu no caso

Lindbergh afirma que problemas na estatal são antigos

Com base em trechos do livro do ex-presidente Fernando Henrique divulgados pelo jornal *O Globo*, Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que os problemas na Petrobras não são novos e que a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Federal têm autonomia e são mais atuantes nos governos do PT do que foram na gestão do PSDB. Fernando Henrique conta no livro que, em 1996, foi avisado de que a Petrobras era um escândalo e que decidiu não fazer intervenção na empresa porque estava em discussão no Congresso a lei de regulamentação do petróleo. Lindbergh disse que o ex-presidente deveria ter feito algo e considerou injusto afirmar que os problemas na empresa surgiram agora.

No livro, ainda não lançado, FHC critica a



atuação da Polícia Federal nas investigações sobre o senador falecido Antonio Carlos Magalhães e a "pasta rosa" e diz que o então procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, pôs fim ao caso. Lindbergh relatou que, nos oito anos de FHC, a Polícia Federal fez apenas 48 operações. Já nos governos do PT, entre 2003 e 2014, houve 2.400 operações, uma média de 220 por ano. E em 2015 o número deve subir para cerca de 400, acrescentou o senador.

— Imagine, naquele período, só seis investigações por ano. Justiça se faça à presidente Dilma: não há interferência alguma nesses órgãos. O Ministério Público e a Polícia Federal têm autonomia para agir. Isso não existia. E eles fogem do debate desse ponto com a gente — afirmou.

Prova de ação penal poderá ser usada em processo administrativo contra servidor

As provas colhidas na investigação policial ou na ação penal poderão ser usadas contra o servidor público num processo administrativo. Essa possibilidade está prevista no PLS 562/2011, aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O autor, Humberto Costa (PT-PE), espera ajudar no combate aos desvios e à corrupção na administração pública.

O projeto altera o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federa-

rais (Lei 8.112/1990) para permitir ao presidente de comissão de processo disciplinar solicitar cópias de provas de processo penal.

Como foi aprovada em decisão final, a proposta só irá ao Plenário do Senado se houver recurso nesse sentido de um décimo dos senadores.

Segundo Humberto, o uso de provas colhidas na ação penal pela comissão de sindicância contribui "para otimizar a atividade persecutória do Estado".

O parecer favorável ao projeto, elaborado por Eunício Oliveira (PMDB-CE), acrescentou emenda de Marta Suplicy (PMDB-SP) ao texto original. A mudança estabelece que os documentos do processo penal recebidos pela comissão deverão ser homologados pelo juiz e ter o sigilo preservado.

Durante a discussão da matéria, José Medeiros (PPS-MT) expressou o receio de que a comissão de sindicância não faça o uso adequado das provas

penais e prejudique o servidor sob investigação:

— A subjetividade que impera nessa área é imensurável. Nem sempre as provas instruem devidamente o processo.

Humberto Costa e Simone Tebet (PMDB-MS) consideraram a preocupação pertinente, mas disseram acreditar que a emenda de Marta contempla a cobertura necessária ao servidor acusado de improbidade administrativa.

Dalírio Beber defende regulação do direito de greve no serviço público

Dalírio Beber (PSDB-SC) defendeu ontem que o Senado acelere a votação do projeto que regulamenta a greve no serviço público. O texto já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e seguiu para a de Constituição e Justiça (CCJ).

Pela proposta (PLS 287/2013), é assegurada a participação de servidores em movimentos grevistas. O projeto também estabelece que,



durante a greve, as unidades administrativas continuem prestando serviços com no mínimo 30% da força de trabalho.

— Não é mais possível protelarmos a edição de lei que enfrente a complexidade que envolve o direito fundamental dos servidores públicos e o direito de todos os cidadãos de terem assegurada a continuidade na prestação dos serviços — afirmou.

Lasier pede responsabilidade da Câmara no julgamento de Cunha

Lasier Martins (PDT-RS) pediu que o Conselho de Ética da Câmara tenha mais agilidade e aja com responsabilidade no julgamento do presidente daquela Casa, Eduardo Cunha. Ele disse que tem ouvido conselhos para não atacar Cunha, que representa a única oportunidade de abertura de processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

— Se a presidente



Dilma tiver de ser impedida, que o seja em processo regular e que não nos convidem para nos mancomunarmos com o deputado Eduardo Cunha, também visado em conhecido processo de destituição.

Para Lasier, também não cabe a presidente dizer que no governo dela não há corrupção, lembrando do caso do petróleo, que desviou milhões da Petrobras.

Projeto da terceirização é "ameaça terrível" aos trabalhadores, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o PLC 30/2015 não deve ser votado com pressa, mas com tranquilidade. O projeto amplia as possibilidades de terceirização da mão de obra. A matéria está na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, sob relatoria do próprio senador.

— O projeto é uma ameaça terrível aos direitos dos trabalhadores. Paim reconheceu que



o país vive uma crise e disse que historicamente o trabalhador é chamado "a pagar a conta". Para ele, o projeto é retrocesso na relação entre empregado e patrão. Paim afirmou que, de cada dez empresas envolvidas em trabalho escravo ou análogo à escravidão, nove são de empresa terceirizada. A cada cinco mortes no trabalho, quatro são de trabalhadores terceirizados.